DECISÃO SINGULAR DSG - G.FEK - 1517/2022

PROCESSO TC/MS	: TC/4251/2016/001
PROTOCOLO	: 1989875
ENTE	: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTES
RECORRENTE	: MÁRCIO FAUSTINO DE QUEIROZ (PREFEITO MUNICIPAL À ÉPOCA)
TIPO DE PROCESSO	: RECURSO ORDINÁRIO EM FACE DECISÃO SINGULAR DSG – G. RC – 5831/2019
RELATOR	: CONS. FLÁVIO KAYATT

RELATÓRIO

Examina-se, nos presentes autos, a matéria do Recurso Ordinário interposto pelo senhor MÁRCIO FAUSTINO DE QUEIROZ (Prefeito Municipal à época dos fatos), devidamente recebido pela Presidência DESPACHO DSP – GAB. PRES. – 32250/2019 (pç. 3, fl. 105), contra os efeitos da Decisão Singular DSG – G. RC – 5831/2019, proferido nos autos do TC/4251/2016 (pç. 31, fls. 163-168).

> **4.1.** Pela **REGULARIDADE** da formalização do Contrato Administrativo n. 60/2015, nos termos dos artigos 55 e 61, parágrafo único, ambos da Lei Federal n. 8.666/1993; do 1º, 2º e 3º Termos Aditivos, nos termos dos artigos 55, 57, II e 61, parágrafo único, todos da Lei Federal n. 8.666/1993; com ressalva pela remessa dos documentos a este Tribunal de Contas fora do prazo estabelecido no Anexo I, Capítulo III, Seção I, item 1.2, "A" e item 1.2.2 "A" da Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011;
>
> **4.2.** Pela **IRREGULARIDADE** da Execução Financeira, em infringência aos artigos 38 e 61 a 63 da Lei Federal n. 4.320/64 e ao Anexo I, Capítulo III, Seção I, item 1.3.1, "B", da Instrução Normativa TC/MS n. 35/2011; visto que a execução financeira não foi comprovada em sua integralidade;
>
> **4.3**. Pela **APLICAÇÃO DE MULTA** ao ex-Prefeito Municipal de Bandeirantes, Sr. Márcio Faustino de Queiroz, inscrito no CPF sob o n. 653.297.161-87, no valor total correspondente a **80 (oitenta) UFERMS**, assim distribuída:
>
> • **50 (cinquenta) UFERMS**, em razão dos valores apresentados em total empenhado, despesa liquidada e pagamento efetuado estarem divergentes, não comprovando, assim, a execução financeira em sua integralidade, em infringência aos artigos 38 e 61 a 63 da Lei Federal n. 4.320/64;
>
> • **30 (cinquenta) UFERMS**, pela remessa intempestiva dos documentos da formalização contratual, 1º, 2º e 3º Termos Aditivos a esta Corte de Contas (com mais de 30 dias extrapolados); (...) (os destaques constam do texto original).

Em síntese, o recorrente pleiteia pela reforma da Decisão Singular DSG – G. RC – 5831/2019, ordenando a remessa dos autos à inspetoria de Controle Externo

para análise da documentação referente à execução financeira do Contrato Administrativo n. 60/2015, com a exclusão da multa de 50 (cinquenta) UFERMS, ante a comprovação da exatidão da execução financeira, ou diante da prévia análise feita da documentação já acostada, que seja proferia nova decisão no sentido de votar pela legalidade e regularidade da execução financeira do contrato em questão, com as demais consequências lógicas decorrentes referentes aos valores impugnados e aplicação de multa.

Contudo, é necessário registrar que:

- no transcorrer do processo recursal, o senhor MÁRCIO FAUSTINO DE QUEIROZ efetuou o pagamento da penalidade a ela infligida no Decisão Singular DSG – G. RC – 5831/2019, conforme se observa na Certidão de Quitação de Multa, emitida pela Gerência de Controle Institucional, à fls. 175-177 do Processo TC/4251/2016 (pç. 38);

- o pagamento da multa pelo recorrente foi realizado com o desconto decorrente da adesão ao programa de concessão de redução de créditos devidos ao Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoamento do Tribunal de Contas (FUNTC), previsto na Lei Estadual n. 5.454, de 15 de dezembro de 2019, e regulamentado na Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13, de 27 de janeiro de 2020.

Seguindo os ritos regimentais os autos foram encaminhados à Divisão de Fiscalização de Licitações, Contratações e Parcerias (DFLCP), para análise e verificação da matéria instrumentalizada pela Análise n. 7658/2021 (pç. 6, fls. 108-109) do presente processo, que concluiu no sentido homologar a desistência do recurso, com a consequente extinção do processo e arquivamento dos autos.

Na sequência, o Representante do Ministério Público de Contas, emitiu o Parecer PAR - 4ª PRC – 1456/2022 (pç. 7, fls. 110-111), opinando pela extinção e consequente arquivamento do presente feito, pela perda do objeto.

É o Relatório.

DECISÃO

Acerca da matéria em exame, tenho como certo, em juízo preliminar, que o feito não tem fundamento para subsistir, em razão da falta superveniente do interesse processual do recorrente.

E a falta superveniente de interesse processual decorre do fato de que o senhor Márcio Faustino de Queiroz efetuou o pagamento da multa a ele infligida, com o benefício do desconto decorrente do programa de concessão de redução de créditos devidos ao Fundo Especial de Desenvolvimento, Modernização e Aperfeiçoa-

mento do Tribunal de Contas (FUNTC). A Instrução Normativa PRE/TCMS n. 13, de 27 de janeiro de 2020, que regulamenta tal programa, prevê:

> Art. 5º O deferimento do pedido de pagamento dos débitos com os benefícios concedidos, conforme regulamenta esta Instrução Normativa, constitui confissão irretratável da dívida em cobrança administrativa ou judicial, renúncia e desistência de quaisquer meios de defesa, impugnação e recurso administrativo ou judicial que tenha por objeto o questionamento do crédito devido ao FUNTC. (...)
>
> Art. 6º (...) § 1º Os processos, eventuais recursos e pedidos de revisão, cujas multas forem quitadas com redução serão submetidos ao Conselheiro Relator do feito para decidir quanto à sua extinção ou continuidade, para cumprimento de outros atos executórios.

Portanto, tendo advindo fato novo no transcorrer "da marcha processual", significativo da realização do pagamento da multa pelo recorrente, esse fato ocasionou a perda do objeto e, por consequência, a falta de interesse processual superveniente, ensejando a extinção do processo sem a resolução de mérito. Nesse sentido, os seguintes precedentes judiciais:

> – RECURSO ORDINÁRIO. PERDA DO OBJETO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. EXTINÇAO SEM RESOLUÇAO DE MÉRITO. ARTIGO 267, VI, CPC [atualmente art. 485, VI, do CPC]. Se no curso da marcha processual advir fato novo capaz de tornar inócua a existência jurídica do processo, por inconteste perda do objeto vindicado no feito e pela falta de interesse superveniente, este deverá ser extinto sem resolução de mérito, na esteira do art. 267, inciso VI, do CPC. (TRT-14 - RO: 672 RO 0000672, Relator: JUIZA FEDERAL DO TRABALHO CONVOCADA ARLENE REGINA DO COUTO RAMOS, Data de Julgamento: 27/10/2010, SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DETRT14 n.0199, de 03/11/2010).
>
> – AGRAVO DE INSTRUMENTO. DESBLOQUEIO DE VALORES. PERDA DE OBJETO. FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL SUPERVENIENTE. Não mais subsiste o interesse recursal do recorrente porque a tutela jurisdicional ora postulada já foi atendida pela decisão, proferida em Agravo de instrumento relacionado, e que determinou o desbloqueio do numerário pertencente ao agravante. (TRF-4 - AG: 50084087620194040000 5008408-76.2019.4.04.0000, Relator: VIVIAN JOSETE PANTALEÃO CAMINHA, Data de Julgamento: 04/09/2019, QUARTA TURMA).

Entendo, portanto, que o recorrente, ao pagar a multa, cumpriu as determinações a ela impostas pela Decisão Singular DSG – G. RC – 5831/2019, ocasionando a perda de objeto do processo recursal. Em razão disso, o presente processo deve ser extinto, sem resolução de mérito, e arquivado, em conformidade com o disposto no art. 485, VI, do Código de Processo Civil – aplicável ao caso pela regra do art. 89 da Lei Complementar (estadual) n. 160, de 2 de janeiro de 2012.

Assim, diante do exposto, acolho a manifestação do Ministério Público de

Contas (MPC) e, dando cumprimento ao art. 6º, § 2º da Instrução Normativa PRE/TCMS Nº 13/2020, **DECIDO** pela **extinção**, sem resolução de mérito, e **arquivamento** do Processo TC/4251/2016/001, com fundamento no art. 485, VI, do Código de Processo Civil, e no art. 11, V, "a", do Regimento Interno (aprovado pela Resolução TCE/MS n. 98, de 5 de dezembro de 2018), em razão da ocorrência de fato novo no transcorrer do andamento processual (correspondente ao pagamento, pelo recorrente, da multa a ele infligida por meio da Decisão Singular DSG – G. RC – 5831/2019), o qual ocasionou a perda do objeto e, por consequência, a falta de interesse processual superveniente do recorrente.

É a Decisão.

Campo Grande/MS, 03 de março de 2022.

Conselheiro FLÁVIO KAYATT
Relator

MCL